



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Estado da Bahia

JUSTIÇA FEDERAL HOJE

Edição nº 6.038. Salvador - Bahia. Terça-feira, 13/12/2022.

Direção do Foro realiza solenidade em homenagem por tempo de serviço a magistrados e servidores



O Diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia, juiz federal Durval Carneiro Neto, convida a todos desta Seccional para a solenidade que ocorre nesta sexta-feira, 16/12, às 16h, no Auditório Ministro Dias Trindade, quando se dará a homenagem por tempo de serviço a magistrados e servidores da Justiça Federal da Bahia.

O evento que está previsto na Resolução PRESI nº 600/2018, tem o objetivo de valorizar e reconhecer os anos de traba-

lho dedicados à Justiça Federal e ao serviço público. A Direção do Foro da SJBA contemplará magistrado e servidores que completaram, no ano de 2022, 10, 20 e 30 anos a serviço da Justiça Federal no Estado da Bahia e que preencham os requisitos presentes na citada Resolução.

Na oportunidade, a DIREF também estenderá homenagens aos servidores que contam com mais de 30 anos de tempo de serviço e aqueles que se aposentaram durante o período da pandemia de COVID-19 (março de 2020 a julho de 2022). Confira a **Edição Especial** com a lista dos nomes dos contemplados.

Caso seu nome não esteja na lista e se enquadre no tempo de serviço da homenagem, entre em contato com a SECAP (secap.ba@trf1.jus.br) e com a SERCOM (sercom.ba@trf1.jus.br) para verificações.

Venha prestigiar essa linda homenagem e faça parte desta história. É importante destacar que a confirmação da presença no evento é até hoje, 13 de dezembro, pelo e-mail da SERCOM ou pelo telefone **71 3617-2616**.

Essa matéria está associada ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Resposta à pesquisa sobre capacidade institucional para inovação até 19/12



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está realizando, até o dia 19 de dezembro, a pesquisa sobre a capacidade institucional para inovação no Poder Judiciário. A ação tem como objetivo mapear o cenário de inovação nos tribunais, de acordo com a perspectiva das pessoas que trabalham ou não com inovação. Além disso, o seu resultado contribuirá para a elaboração do Plano Nacional de Inovação do Judiciário.

A pesquisa do CNJ foi desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (URFN), por meio do Programa Justiça 4.0: inovação e efetividade na realização da justiça para todos, que tem a finalidade de promover o acesso à Justiça por meio de ações e

projetos desenvolvidos de forma colaborativa, implementado mediante cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e apoiado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal (CJF), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O estudo é direcionado para dois públicos-alvo: a) todos os magistrados, servidores e demais colaboradores do Poder Judiciário e; b) laboratórios de inovação ou estruturas similares em todos os tribunais. A participação é anônima e as perguntas são customizadas para serem abertas de acordo com cada perfil de respondente. A participação de todos é essencial para um completo diagnóstico da realidade do órgão.

- Magistrados, servidores e colaboradores podem responder à pesquisa acessando o link <https://bit.ly/3uKEqnV>.

- Laboratórios de inovação ou estruturas similares podem responder o formulário através do link <https://bit.ly/3v5hiRv>.

Essa matéria está associada ao ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura).

Aniversariantes

Hoje: Leila Macêdo Lessa (Campo Formoso), Lúcia Márcia Agapito dos Santos Urasaki (Bom Jesus da Lapa), Danielle Costa Martins (Itabuna), Alex Santana dos Santos (21ª Vara), Yan Dantas da Silva Cerqueira (3ª Vara). **Amanhã:** Denise Severo Fiscina (Nucaf), Cláudio José Bonfim da Costa (NucGP).

Parabéns!

NUAUD realizará em 2023 auditoria sobre a temática “Política contra Assédio e Discriminação”

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Coordenadoria de Gestão do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário, definiu, através do Ofício Circular nº 49/2022, a Ação Coordenada de Auditoria - ACA/CNJ a ser realizada em 2023. A ação tratará da temática “Política contra Assédio e Discriminação” e será desenvolvida entre os meses de janeiro e junho de 2023.

As ACA/CNJ são ações em que o CNJ elabora o programa de auditoria e mobiliza as auditorias internas de todo o Judiciário Federal e Estadual para a sua execução. Anualmente, o Conselho escolhe um tema, e em 2023, conforme decidido pelo Plenário do CNJ, em 10 de abril de 2022, a temática será “Política contra Assédio e Discriminação”.

Entre as considerações para a escolha do tema, o CNJ priorizou o seguinte risco inerente a ser auditado: procedimentos inadequados e/ou discordantes com as diretrizes estabelecidas em normativos vigentes, para prevenção e combate aos assédios moral e sexual e à discriminação, representando violação à dignidade da pessoa humana, em face da carência de proteção às relações socioprofissionais e aos direitos fundamentais ao trabalho e à saúde, previstos na Constituição Federal.

O objetivo estabelecido pelo CNJ para a referida ACA é avaliar a aderência à Política Judiciária de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação nos órgãos do



Poder Judiciário, com suas instâncias e instrumentos de proteção, para aferir a existência de ambiente interno eficaz contra as referidas práticas, com exames de conformidade em procedimentos de prevenção e apuração dos assédios nesses órgãos.

O Núcleo de Auditoria da Seção Judiciária da Bahia (NUAUD) incluirá a mencionada ACA/CNJ em seu Plano Anual de Auditoria 2023. A ação será executada por equipe formada pelos servidores Claudio Alves Litieri Brentz, Claudia Cristina Rebello de Castro e Sandra Felício de Santana. Segundo o diretor do NUAUD, Zacarias Vitorino de Oliveira Filho, o Núcleo aguarda o recebimento do programa para iniciar, no ano de 2023, as ações necessárias à execução da ACA/CNJ.

Essa matéria está associada ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Canal de Atendimento via WhatsApp da JFBA tem novo número

Desde 18 de março de 2021, com o objetivo de facilitar o acesso de cidadãos, partes e advogados aos serviços do Poder Judiciário, a Justiça Federal da Bahia disponibilizou um canal de atendimento ao cidadão, via *WhatsApp*. Este canal de atendimento conta com dois assistentes virtuais: Juju (atendente virtual da Seção Judiciária da Bahia) e Jefinho (atendente virtual dos Juizados Especiais Federais).

A fim de tornar mais ágil o acesso à justiça pela população e otimizar ainda mais a prestação do serviço, a JFBA informa que o novo número de atendimento, via *WhatsApp*, é o **(71) 3616-4656**.

Por meio de troca de mensagens, o canal permite a interação dos usuários com um *chatbot* (robô de conversação) que simula uma conversa humana, possibilitando acesso a orientações e informações sobre assuntos variados, inclusive os mais demandados nos atendimentos realizados pelos servidores. Através deste

NOVO CANAL DE ATENDIMENTO

Informações e orientações automatizadas através do WhatsApp

NOVO NÚMERO (71)3616-4656

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e tenha acesso ao número

JFBA - Atendente Virtual

número também é possível acessar os links dos sistemas processuais, sites de outros órgãos e até mesmo o Balcão Virtual.

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Durval Carneiro Neto, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Adriana Souza Daniel. **Diagramação:** Taiana Laiz Silva de Jesus. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.